

Populismo Dispensável

UMA vez mais as empresas e os contribuintes foram chamados a pagar as contas da União, vergadas sob o peso de um imenso déficit e cujas fatias mais gordas decorrem do próprio endividamento estatal. Para apresentar a fatura à opinião pública de uma forma menos amarga, o Governo vestiu-a com trajes de justiça social e enfatizou seus aspectos distributivistas.

O Presidente José Sarney precisa atentar agora para os resultados reais e efetivos do "pacote" deste fim de semana, jogado sobre sua mesa por segmentos que talvez não cultivem outros compromissos senão com a sobrevivência de suas fundações políticas, as quais se alimentam em um voraz populismo.

A primeira das ilusões a ser descartada é sobre o que seja o compromisso real e efetivo da Nação brasileira com a melhoria das condições de vida dos mais pobres. Não se corrige uma situação de má distribuição de renda (agravada ao longo do tempo) através do aumento puro e simples de salários, ou dos cruzeiros disponíveis para gastar, ou do assistencialismo mediante distribuição de alimentos.

Amargas são as experiências que tivemos no passado com programas que em lugar de levar comida aos que têm fome terminaram em corrupção e enriquecimento dentro das máquinas de geração e distribuição de favores. Ainda quando possam ser preservados alguns programas, como o de alimentação direta às crianças nas escolas, o que é preciso recuperar é a função social do Estado onde ele se encontra tragicamente ausente: na saúde, na higiene, na segurança, nos transportes coletivos, na educação elementar.

Velho é o adágio sobre o homem e o peixe: não é dando peixes que se fará o maior benefício, mas ensinando a pescar. Não se corrige uma situação de desequilíbrio de renda através do aumento puro e simples de salários ou da renda disponível para gastar. É o investimento e a geração de novos empregos, ocupando braços ociosos, que melhoram efetivamente a longo prazo o perfil da renda.

Não se conseguirá situar o povo numa condição superior de vida em um regime de inflação desvairada, nem se alicerça a credibilidade do Governo escamoteando-se os índices de custo de vida. Enveredando por esse caminho, o Governo perderá a confiança do povo e dos empresários, ganhando

apenas a preservação das trincheiras de alguns estatísticos.

O pacote atirado sobre os ombros das empresas privadas e dos contribuintes elimina a restituição do imposto recolhido a mais para nutrir vastos segmentos. Na prática, o Governo está aumentando a carga tributária. É preciso, a propósito, acabar com a contrafação de que este é um país onde a carga tributária líquida vem caindo. Não se esperava da chamada Nova República que fosse tão hipócrita ao ponto de esquecer o tremendo imposto inflacionário que está sendo atirado sobre os ombros dos assalariados, já agora na base de 15% ao mês.

É deplorável que se usem argumentos para aumentar impostos esquecendo-se a qualidade do que o Estado oferece em troca e a preservação das cidadelas das empresas estatais que conseguiram passar de um regime para o outro com a mesma impunidade. O que foi oferecido pelo Governo em termos de desestatização é o mesmo que sacudir uma prateleira velha, onde se encontravam encalhadas empresas sem interesse até mesmo para sua própria burocracia (e, ainda assim, o Governo se sentiu obrigado a retirar do "pacote" o projeto de venda de algumas delas, porque não sentiu repercussão favorável na classe política. O que querem os nossos parlamentares? Mais estatização, por acharem que isto lhes traz votos? E o interesse público, ninguém olha?)

Ao entrar no mercado de capitais para cobrir rombos no déficit do Tesouro, e não para democratizar definitivamente o capital de empresas públicas, os formuladores da estratégia atirada sobre o Presidente tentam ocupar mais espaço na economia privada.

Atento deverá estar também o Presidente para os efeitos de uma sistemática agressão às instituições internacionais e aos credores deste país, pois é pelo menos um contra-senso que se argumente com a necessidade de capital novo e ao mesmo tempo se hostilize o investidor estrangeiro.

O grande desafio do Brasil é gerar novos empregos através da recuperação firme da sua taxa de investimentos comparada ao Produto Bruto. Somente isto poderá nos tirar da ilusão consumerista gerada por uma febre distributivista que provoca mais inflação e pode exigir, no futuro próximo, remédios ainda mais dolorosos para a correção de rumo.